



# CÂMARA MUNICIPAL MATOZINHOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 104/2023

## 1. DO RELATÓRIO

Foi protocolado nesta Câmara Municipal o Projeto de Lei Complementar nº 104/2023 de autoria da Mesa Diretora, com o apoio dos vereadores Sidirley Anderson Dias Bento e Edson Antônio de Barros, que “Institui o Código de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Matozinhos e dá outras providências”.

Tendo sido devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, conforme determinação do art. 55 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, uma vez designado relator, passo à análise do aspecto constitucional, legal e regimental do referido projeto.

É o suscinto relatório. Passo à análise.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O projeto tem como ideia central estabelecer o regramento da matéria ambiental no âmbito municipal, estabelecer diretrizes da política ambiental no Município, prever novas ferramentas e mecanismos de tutela do meio ambiente, fortalecer as ações de fiscalização e combate à poluição e degradação do meio ambiente, promover de forma mais estruturada o controle popular sobre as ações e políticas de meio ambiente e declarar o valor ecológico, paisagístico, cultural e comunitário do Parque do Barroão, após recomendações trazidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Pó Preto.

Após breve explanação do mérito, passo a análise afeta a esta Comissão permanente.

### 2.1. Da constitucionalidade

Analisando os aspectos constitucionais do Projeto, vislumbra-se que está adstrito aos limites do art. 30, inciso I, da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

O objeto do projeto dispõe sobre matéria de competência legislativa concorrente que não conflita com as normas gerais estabelecidas na esfera federal, de modo que o Município não invade a competência destinada a nenhum outro ente, exercendo, assim, sua competência de suplementar o arcabouço legislativo vigente sobre meio ambiente, limitado ao interesse local.

LIDO EM PLENÁRIO  
08/10/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS  
PROTÓCOLO Nº 184/2023 AS 18:10 HS

DESTINO DO DOC.: D.L.

Matozinhos, 07 de Agosto de 2023.

Assinatura do Servidor





# CÂMARA MUNICIPAL MATOZINHOS

Ante o exposto, resta clara a consonância do analisado Projeto de Lei com os ditames constitucionais, de maneira que me posiciono pela constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 104/2023.

## 2.2. Da legalidade e juridicidade

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio de legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender aos disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do Direito.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

Cumprе ressaltar que o Projeto de Lei Complementar Municipal nº 104/2023 está em consonância com a Lei Orgânica do Município de Matozinhos, não constando entre as matérias de iniciativa privativa do Poder Executivo.

## 2.3. Da regimentalidade

No que concerne ao tópico em questão, salienta-se que o Regimento Interno desta Casa traduz praticamente o mesmo comando existente no art. 11 da Lei Complementar nº 95/1998 ao prever que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica.

Não se vislumbra, portanto, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei Complementar nº 104/2023, haja vista estar em consonância com as normas do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

## 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei Complementar Municipal nº 104/2023.

Sala das Comissões, 07 de agosto de 2023

  
**EDSON ANTÔNIO DE BARROS**  
**RELATOR**



# CÂMARA MUNICIPAL MATOZINHOS

---

  
**ÍTALO MORAES BORGES**  
**PRESIDENTE**

**JOSÉ MIGUEL DIAS FILHO**  
**SECRETÁRIO**



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS - Matozinhos - MG**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



001484

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 12023/08/07001484**

<b>Número / Ano</b>	001484/2023
<b>Data / Horário</b>	07/08/2023 - 18:10:26
<b>Ementa</b>	Parecer ao Projeto de Lei Complementar Municipal nº 104/2023
<b>Autor</b>	CLJRF - Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
<b>Natureza</b>	Legislativo
<b>Tipo Matéria</b>	Parecer
<b>Número Páginas</b>	3
<b>Emitido por</b>	deiziane